

A mulher perfeita

A OPÇÃO "DESENVOLVIMENTO COM ESTABILIDADE" É COMO QUERER A MULHER IDEAL

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Parece que um dia perguntaram ao filósofo e matemático Bertrand Russell: "Como está sua mulher?" E ele: "Comparada com o quê?"

Em economia e política também é assim: toda opção deve ser avaliada comparando-se as alternativas.

Na semana passada, no auge do debate sobre política econômica, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, saindo de um encontro com o presidente Fernando Henrique, anunciou que o governo tomara sua decisão: quer desenvolvimento com estabilidade.

Comparando com o quê?

Há três possibilidades: 1) recessão/estagnação com inflação; 2) recessão/estagnação com estabilidade;

3) desenvolvimento com inflação.

Portanto, o governo FHC quer a melhor mulher do pedaço.

O problema com essas escolhas ideais é que freqüentemente se afastam da vida real. Aqui, a questão prática é a seguinte: o que fará o governo FHC se a escolha for entre desenvolvimento ou estabilidade?

No longo prazo, a opção não existe. Não se conhece o caso de um país que tenha conseguido um desenvolvimento sustentado em ambiente de inflação. Conhecem-se, por outro lado, países que têm moeda estável e passam longos anos mergulhados na estagnação e na recessão.

Disso se conclui que a estabilidade é condição necessária, mas não suficiente, para um desenvolvimento sustentado. Este depende de vários outros fatores, como disponibilidade de capital e crédito, boa infra-estrutura, tecnologia, educação (trabalhadores preparados) – para citar os mais óbvios.

Existem meios de apoiar o setor privado sem oferecer-lhe as tetas do governo

Mas, como já se disse, no longo prazo estaremos todos mortos. Ou seja, as opções têm de ser feitas no curto prazo, mas sem perder a visão de futuro. Não é simples.

Tome-se o caso do Japão. Não tem problemas de estabilidade. Dispõe de praticamente todos aqueles fatores de crescimento e ainda assim não consegue escapar da estagnação. Além da ressaca que resultou do estouro da bolha financeira dos anos 80, parece que falta confiança aos japoneses. Eles têm dinheiro, na verdade de uma imensa poupança remunerada por taxa de juros de 0,5% ao ano – isso mesmo, ao ano –, mas compram cada vez menos.

Por isso, muitos economistas dizem que o Japão só tem uma saída: inflação. O governo deveria emitir dinheiro, encher helicópteros e espalhar pelo país. A taxa de juros deveria ser negativa, de tal modo que poupar significasse perder dinheiro. Aí o pessoal iria às compras, pois seria mais negócio comprar qualquer coisa do que deixar o dinheiro no banco. Os preços subiriam e também o lucro das empresas, que teriam aí um atrativo para produzir e vender mais – e retomar o ciclo de crescimento.

Por esse raciocínio, a escolha real se dá entre crescimento com inflação e recessão com estabilidade. Não está disponível a opção desenvolvimento com estabilidade. Mas não é opinião unânime. Ao contrário, o governo japonês e a maioria dos economistas locais entendem que dá para sair do buraco com as receitas tradicionais, sem abuso da inflação.

Veremos.

Mas, quanto a nós, quais as opções disponíveis no Brasil? No curto prazo, digamos, no prazo que falta ao governo FHC, pode-se oferecer a escolha entre forçar

um crescimento econômico mais rápido, tolerando-se uma inflação mais elevada, ou aceitar um crescimento mais modesto para preservar a estabilidade.

Mantido o cenário atual pelos próximos meses, a taxa real de juros, descontada a inflação, pode ficar entre 10% e 12% ao ano lá pelo final deste ano. Com isso, empresas e consumidores, hoje pouco endividados, ganharão amplo acesso a crédito mais barato. Consumidores, então, vão às compras, cresce a demanda, as empresas produzem mais e logo encontram condições para recuperar margens de lucro, ou seja, para aumentar preços.

Haverá, portanto, um surto de crescimento, com duas possíveis complicações. Além da pressão inflacionária, pode voltar a ameaça do déficit no comércio externo, já que a economia mais aquecida estimula importações. O governo poderá então ter de escolher entre aumentar as taxas de juros, tanto para conter a inflação quanto para atrair capitais de empréstimo, ou deixar como está e curtir o crescimento.

Há ainda a complicação externa. O País continua necessitando atrair capitais externos para fechar suas contas. Uma economia estagnada não é atraente, mas tampouco o é uma que caminha para a inflação.

Como terá percebido o leitor, fomo-nos afundando num embrulho cada vez mais complicado. Talvez esse debate em torno de desenvolvimento e estabilidade seja prematuro para as condições atuais do Brasil. Colocado em termos abstratos, até faz sentido.

Quando se desce para o dia-a-dia, a emergência de enormes problemas limita escolhas. Certamente não temos a opção de encher helicópteros de dinheiro e jogar por aí. Ao contrário do Japão, o Brasil tem um enorme buraco estrutural nas contas do governo, uma tendência a um déficit cada vez maior que exige refor-

mas para conter despesas com pessoal (caso dos Estados e municípios) e Previdência (caso dos três níveis de governo). A opção de o governo aumentar seus gastos é explosiva.

Assim, a reforma do Estado, embora em tese seja medida de médio e longo prazo, no caso brasileiro é uma emergência imediata.

A puxada no crescimento fica dependendo do setor privado, que entretanto enfrenta os obstáculos do custo Brasil (impostos excessivos e complicados, infra-estrutura inadequada, crédito caro).

Acrescenta-se à agenda, portanto, a reforma tributária – outra medida que, em países estáveis, pode ser pensada em longo prazo mas que no caso brasileiro é também uma emergência.

De outro lado, o governo federal tem uma formidável máquina financeira (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e da Amazônia). Pode destinar montanhas de crédito para empresas selecionadas, a juros e prazos amigáveis. Isso é facilíssimo. Dá para começar hoje mesmo e compensaria o custo Brasil.

O nome disso é, de novo, torrar dinheiro público com empresas e empresários amigos. O governo estará contratando mais déficit para o futuro, mas, se esse futuro cair no próximo governo, é uma tentação forte.

Tudo considerado, quando o governo FHC anuncia que quer desenvolvimento com estabilidade, obviamente não resolveu nada. A escolha será feita no dia-a-dia, no trato de cada problema. Existem, por exemplo, meios de apoiar o setor privado sem oferecer-lhe as tetas do governo. Exigem mais imaginação, mais qualidade – e esse é o nó do problema. Há muito o que fazer e tudo é difícil.